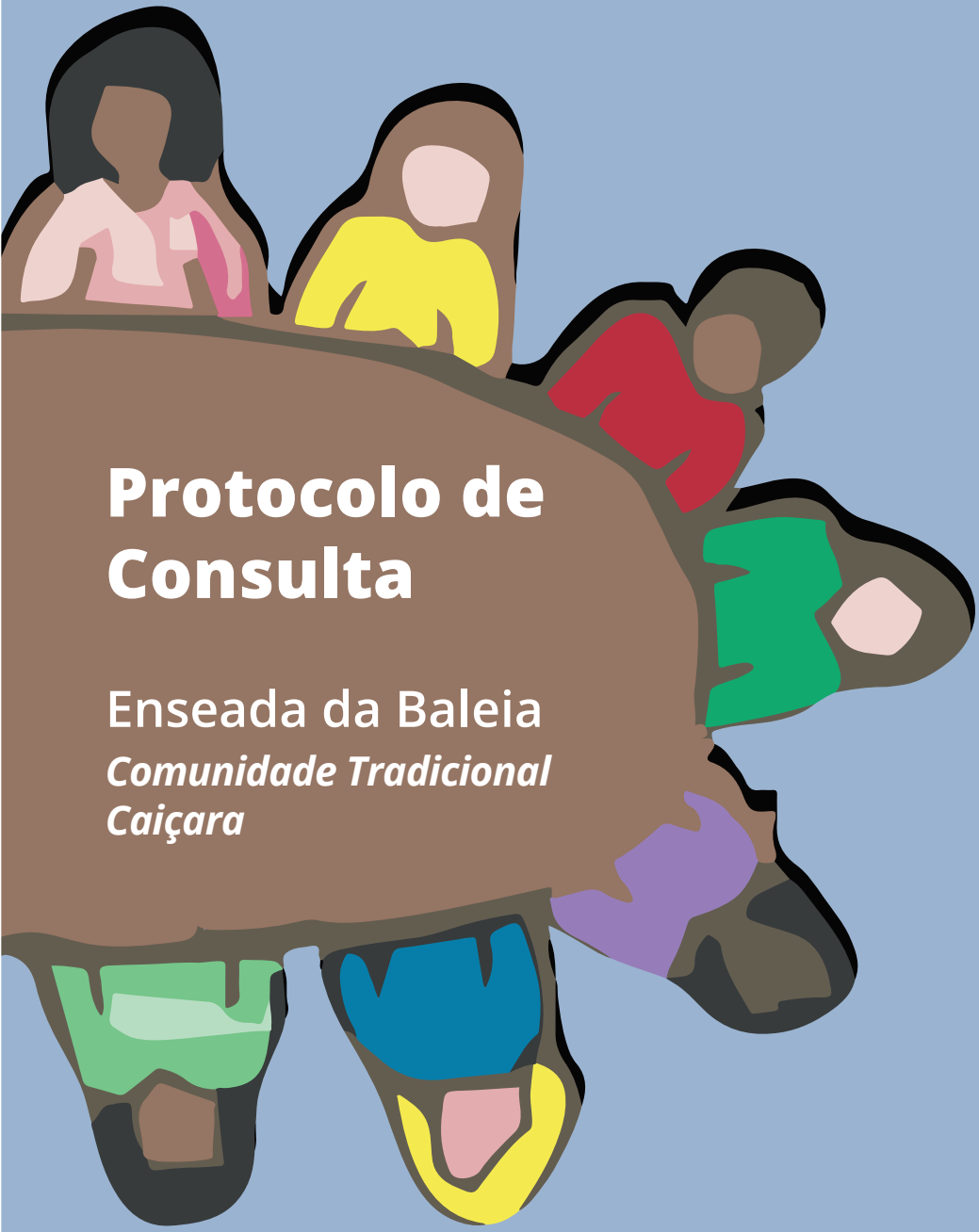


Protocolo de Consulta

Enseada da Baleia

Comunidade Tradicional Caiçara

Protocolo de Consulta

Ilha do Cardoso, Cananeia/SP
novembro de 2020

Colaboração
Caroline Dias Hilgert
Juliana Greco Yamaoka
Érika Pires Ramos
Giovanna Antonella Gini
Silvia Barreira Zambuzi

Coordenação da equipe de elaboração e redação
Tatiana Mendonça Cardoso
Joyce Mendonça Cardoso

Coordenação da equipe de ilustrações
Jorge Antonio Cardoso

Assessoria e revisão
Andrew Toshio Hayama

Sumário

Ilha do Cardoso 4

Enseada da Baleia 6

Protocolo de consulta 7

Quem somos? 8

O que fazemos? 13

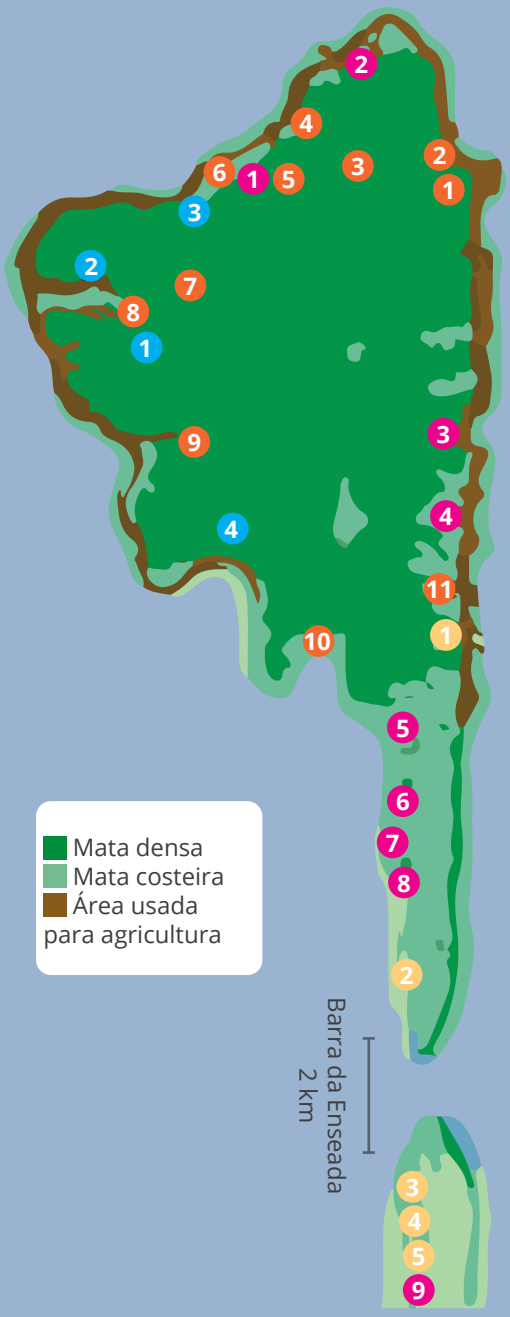
O que queremos? 21

Aves e Ervas 30

Ilha do Cardoso
Cananeia/SP

O Território Tradicional da Ilha do Cardoso, que abriga várias comunidades e famílias tradicionais, sofreu, no ano de 1962, após a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, a incidência de Unidade de Conservação de Proteção Integral, o que gerou a proibição da roça, atividade predominante nesse período. Isso obrigou muitas famílias, localizadas em 12 comunidades, que viviam da produção de alimentos para subsistência, a migrarem para áreas urbanas das cidades da região. As famílias e comunidades que resistiram e permaneceram se adaptaram à atividade da pesca artesanal e mais tarde ao turismo comunitário.

Hoje, a Ilha do Cardoso é habitada por 8 Comunidades e 5 famílias caiçaras e 1 aldeia indígena.



Mata densa
Mata costeira
Área usada para agricultura

Comunidades isoladas que não são mais habitadas

1. Praia do Ipanema - Família Muniz
2. Costão do Itacuruçá
3. Sítio Cordeiro
4. Sítio Paneminha
5. Sítio Grande
6. Sítio Salva terra
7. Sítio Canudal
8. Sítio Jacariú
9. Sítio Pedro Luiz
10. Sítio Cachoeira Grande
11. Sítio Lage - Família Neves

Sítios isolados habitados

1. João Alves - Barreiro
2. Sítio Tajuva - Leonardo
3. Sítio Andrade - Antonio Costa
4. Cachoeira

Comunidades Tradicionais

1. Aldeia Pakurity
2. Itacuruçá/Pereirinha
3. Cambriú
4. Foles
5. Maruja
6. Nova Vila Rapida
7. Enseada da Baleia
8. Vila Rapida
9. Pontal de Leste

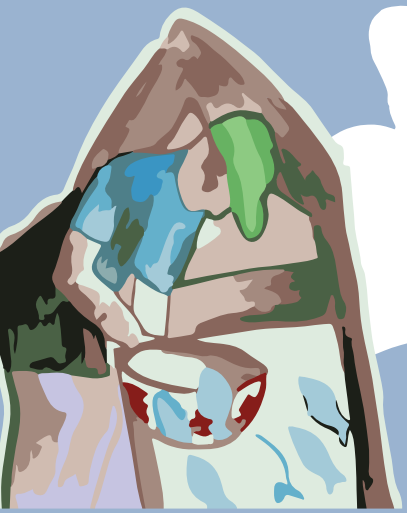
Famílias caiçaras isoladas

1. Família Neves (Cambriú)
2. Família Lurdes (Vila Rápida)
3. Família Sinízio (Pontal de Leste)
4. Antônio (Pontal de Leste)
5. Família Antônio Sérgio (Pontal de Leste)

Enseada da Baleia

A comunidade da Enseada da Baleia é uma comunidade tradicional caiçara, atualmente composta por 9 famílias. A nossa história é marcada pela resistência desde nossos/as antepassados/as. Eles/as lutaram contra a especulação imobiliária, que provocou a expulsão de algumas famílias; resistiram à criação de Parque Estadual que proibiu e criminalizou o modo de vida tradicional; enfrentaram legislação sobre atividade pesqueira que não reconhece a existência de pescadores/as artesanais. Todas essas normas, regras e imposições que não nos reconhecem e ignoram nossa forma de vida acabam por inviabilizar a permanência e expulsar as comunidades tradicionais de seus territórios.

Há muitos anos estamos buscando nos adaptar às normas restritivas que o governo nos impõe, mas, agora, o próprio governo desrespeita essas mesmas regras ao aprovar lei que concede à iniciativa privada a exploração do turismo, atividade já desenvolvida de forma sustentável e comunitária em toda a Ilha do Cardoso, colocando em risco os territórios, a cultura e os modos de vida tradicionais.



Por isso, resolvemos construir um instrumento para fortalecer nossa comunidade e informar a forma adequada de dialogar conosco sobre decisões que afetam nossa vida e nosso território.

Protocolo de consulta

Não estamos dispostos/as a permitir novamente que o poder público e a iniciativa privada passem por cima de nossos direitos. Para isso, construímos este documento com a participação ativa de 8 famílias da Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia.

A inspiração surge em 2019 no encontro Sul-Sudeste de pesca artesanal, realizado na nossa Comunidade, a partir da palestra do Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR) sobre a importância da organização comunitária e da construção de protocolo de consulta próprio. Em março de 2020 foi realizada a primeira reunião comunitária para tratar da importância do documento. Em junho de 2020 demos início às oficinas comunitárias. Em julho buscamos o apoio da Defensoria Pública de São Paulo. A construção do protocolo contou com o envolvimento de todos/as os/as jovens, que contribuíram na redação do texto, nos processos de filmagem, fotografia e áudio. As crianças participaram da criação dos desenhos que ilustram este protocolo.

Os procedimentos metodológicos foram construídos pela própria comunidade, de forma a dar voz e a valorizar os conhecimentos e contribuições de todos/as.

Para isso, foi proposta uma divisão em grupos por habilidades e afinidades. As ilustrações, regras e acordos foram discutidos e revisados coletivamente, em 12 encontros com participação de 8 famílias, por meio de reuniões presenciais e chamadas de vídeo com parentes que estavam fora da comunidade. Foi assim que relembramos a nossa história, nossa vida, formalizamos nossos acordos e o respeito que esperamos a partir deles. A estrutura do protocolo foi dividida em três partes:

1. Quem somos?
2. O que fazemos?
3. O que queremos?

Quem Somos?

1845

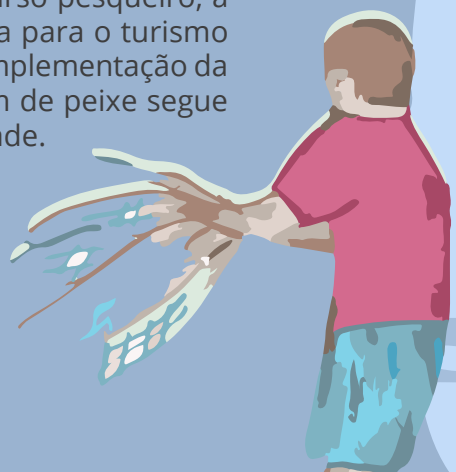
A Enseada da Baleia se destaca como um importante ponto de pesca e produção e beneficiamento de peixe através de sua secagem.

1950 Uma intervenção humana na natureza amplia ainda mais o canal do Varadouro (para fins comerciais entre o estado de São Paulo e do Paraná), aumentando o volume e a corrente de água no estuário. Com o passar dos anos, a força da correnteza provocou a erosão do cordão arenoso/restinga da Ilha do Cardoso e a erosão nas Comunidades da Enseada da Baleia e Vila Rápida.

1962 A Ilha do Cardoso sofre a sobreposição de Parque Estadual, uma unidade de conservação de proteção integral, como uma forma de coibir a especulação imobiliária e a grilagem de terras que estavam ocorrendo naquele momento. A promessa de proteger o meio ambiente não levou em consideração as comunidades caiçaras e as atividades tradicionais sustentáveis realizadas por elas, como a coleta e extração de produtos da floresta e a prática de roça de subsistência. As famílias perdem autonomia. Os costumes e nossas formas de organização ficam submetidas ao controle do governo.

1975 O casal Erci e Antônio (conhecido como Malaquias) assume o processo de secagem de peixe de forma artesanal, com sua família. A comunidade se torna um importante mercado para comercialização e escoamento de pescados beneficiados.

1985 Com a escassez do recurso pesqueiro, a comunidade se organiza para o turismo como uma forma de complementação da renda, já que a secagem de peixe segue sendo a principal atividade.



2010 A comunidade perde Malaquias, sua principal referência, com seu modo empreendedor de conduzir as atividades comunitárias, sua preocupação em preservar o território e manter a sustentabilidade econômica das famílias.

2011 Dona Erci, com sua força e experiência, assume o protagonismo de um novo tempo. As mulheres propõem um novo modelo de gestão, uma forma de trabalho que valorizou o conhecimento tradicional e colocou as mulheres à frente dos processos de geração de renda, baseados na economia solidária. Através das mãos das Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE) ressurge a atividade de beneficiamento do peixe e se inicia o turismo educacional como nova atividade.

2015 Uma embarcação turística de Ilha Comprida, que tenta atracar sem autorização na comunidade, provoca danos socioambientais após realizar manobras irresponsáveis, destruindo paisagens, casas de famílias e espaços comunitários. A Associação de Moradores/as é criada para representar a comunidade e lutar pelos seus direitos enquanto população tradicional.

2016 O processo de erosão se intensifica e o risco do encontro das águas (entre o canal e o oceano) põe fim ao sonho da permanência da comunidade no seu lugar original. Inicia-se uma luta pelo direito de

escolha da comunidade de ser realocada na própria Ilha do Cardoso. A autorização para mudança em área escolhida pela comunidade foi concedida, mas sem qualquer apoio ou planejamento por parte do poder público para reconstrução de moradias, espaços coletivos e comerciais.

2017 O processo de realocação da comunidade envolveu muita luta, mutirões, organização comunitária, projetos socioambientais e o apoio fundamental de parceiros/as e amigos/as para efetivação desse direito.

2018 O canal do Ararapira e o oceano se encontraram em agosto/ 2018 e uma nova barra se formou, levando árvores, os pontos de pesca e o resquício da vida tradicional que existiu na antiga Comunidade da Enseada da Baleia.

2020 Somos 32 pessoas e 9 famílias com os conhecimentos herdados, as histórias vividas, trabalhando coletivamente, construindo um documento que mostre a nossa história, a nossa vida e nosso direito à consulta, participação e autorização para qualquer intervenção que altere a nossa vida, nossa tradição e modifique as relações com a natureza (ecossistemas e animais) que fazem parte da nossa identidade, tradição e cultura.

Já perdemos nosso território original, já passamos por um sofrido processo de realocação com impactos irreparáveis em nossa Comunidade, em nosso modo de ser, viver e existir. Portanto vamos lutar para evitar novos impactos que possam agravar essas ameaças já existentes e para prevenir que novos desastres possam ocorrer. Graças ao nosso conhecimento tradicional conseguimos nos realocar antes que o nosso antigo território desaparecesse por completo comprometendo a vida, a integridade das famílias e o patrimônio cultural de que são portadoras.

Estamos atentos/as à crise climática - da qual fomos vítimas sem termos contribuído para o cenário que aí está - e às ações humanas que podem agravar essa crise, bem como às novas ameaças causadas pela ação humana sobre o meio ambiente que podem afetar nossas vidas, nosso território e nossa cultura.

Nossa resistência é por nosso direito de seguir existindo com dignidade, segurança e qualidade de vida e preservando a integridade dos nossos modos e meios de vida!

O que fazemos?

Aqui, na Enseada, vivemos em harmonia com o ambiente. Sabemos a hora de plantar, de pescar. Com o passar dos anos, tivemos que buscar outras fontes de renda, impulsionados/as pelas proibições, legislações restritivas e pela diminuição do recurso pesqueiro, impactado pela pesca industrial e predatória, bem como por atividades irresponsáveis nas zonas costeiras.

As novas formas de trabalho foram estabelecidas para o fortalecimento das mulheres, buscando a igualdade social e dignidade para as famílias.

Na roça

O conhecimento tradicional das roças vem dos/as antepassados/as. A comunidade, hoje, adapta seu conhecimento do plantio de mandioca, batata, milho, abóbora, feijão, inhame, taiá e cará, usando a compostagem para adubar a terra.

Na Pesca Artesanal

Respeitamos os períodos de defeso, os tamanhos dos pescados, para que não faltem às futuras gerações. Utilizamos o estuário, entre o Pontal de Leste e a área da Reserva Extrativista (Resex) do Tumba, e a costa, para pesca de cambau, lanço e arrasto. Realizamos a pesca do Irico, do Parati e da Tainha. Usamos redes e cerco fixo (armadilha de pesca artesanal) e fazemos a extração de mariscos, ostras e caranguejos.

Gestão com base na Economia Solidária

Turismo comunitário

Desenvolvemos o turismo comunitário de lazer, recebendo visitantes nos feriados e final de ano. Parte deles/as são da rede de apoio da Enseada e buscam paz e tranquilidade, além de vivenciarem a nossa cultura e biodiversidade e interagirem com elas de forma responsável e respeitosa. Estabelecemos uma

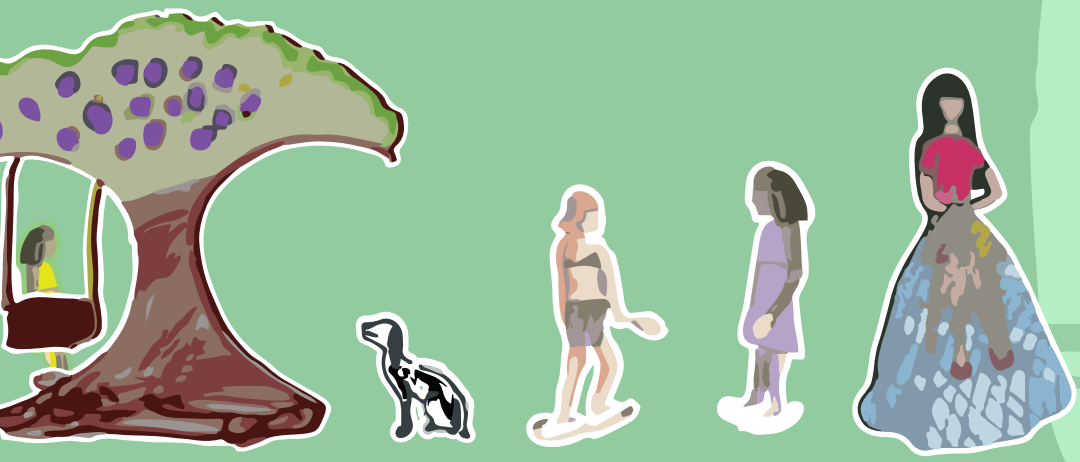
organização comunitária com acordos de cotas de hospedagem e camping, conforme nossa capacidade de trabalho e de oferta de alimentação. As decisões são comunitárias e buscamos garantir uma renda igualitária para todas as famílias, sem prejudicar as atividades tradicionais.

Artesanato

Foi o primeiro trabalho de geração de renda coletiva exclusiva das mulheres. Escolhemos nossos trabalhos a partir das nossas habilidades. A criação e produção são livres e sustentáveis, recuperando as redes de pesca abandonadas nas praias (redes fantasmas) ou doadas para a produção das peças. A renda obtida é destinada às artesãs e também à manutenção da produção e do espaço de comercialização.

Turismo Comunitário Educacional

A atividade é gerida pelas mulheres e conta com participação comunitária a partir da capacidade de trabalho, recepção e organização das famílias. Os agendamentos são feitos respeitando-se a dinâmica comunitária, de maneira a não prejudicar as atividades tradicionais. A atividade é definida em reuniões coletivas e com



envolvimento de todas as famílias interessadas. Esse turismo é direcionado a escolas e grupos que buscam aprofundar a aprendizagem e conteúdos educativos por meio de experiências de vivência cultural e ambiental. Realizamos oficinas de pesca, de artesanato e contamos a história da comunidade desde as origens até o processo erosivo e a realocação.

Os/As alunos/as se hospedam e se alimentam na comunidade. O benefício gerado é dividido igualmente entre as mulheres. A renda obtida com as oficinas culturais são repartidas entre os homens. A comunidade também comercializa produtos da agricultura e artesanato em madeira. O recurso pesqueiro para a alimentação dos grupos, o fandango (manifestação cultural e musical tradicional caiçara) e o transporte dos alunos vêm das comunidades vizinhas, além de cosméticos artesanais de grupos de Cananeia e região, buscando a Enseada assim ampliar a geração de renda de forma solidária em parceria com produtores/as locais de comunidades do entorno.

O beneficiamento do peixe seco

É a mais antiga e tradicional atividade da comunidade. Remonta a um período em que, sem a disponibilidade de luz elétrica ou equipamentos para a conservação do pescado, a forma que a comunidade tinha para aumentar a vida útil dos subprodutos da pesca artesanal se dava através da secagem ao sol ou da defumação. Sua gestão hoje consiste na compra por um preço justo de pescado, processamento em várias mãos, secagem, comercialização e divisão dos benefícios. Atualmente são as mulheres que conduzem todo o processo.

Organização comunitária

Criamos a Associação de Moradores/as da Enseada da Baleia (AMEB), entidade que representa formalmente os interesses da comunidade. Os acordos e gestão formalizados pela Associação buscam, internamente, garantir igualdade nos processos coletivos e comunitários. A AMEB também propõe

a participação na luta de povos tradicionais e articulações entre as comunidades da Ilha do Cardoso, elaborando e estimulando projetos sociais que tragam a valorização da força feminina, da cultura caiçara e da conservação do meio ambiente.

Festejos

Nós celebramos a **festa de São Sebastião**, que acontece no dia 20 de janeiro; o **arraiá caiçara**, que acontece no dia 13 de junho em comemoração a Antônio Cardoso; **a festa de comemoração da virada do ano** no dia 31 de dezembro e a **festa de comemoração da vida de Erci** no dia 02 de janeiro.

Além dos festejos, adotamos o costume de comemorar cada conquista comunitária, desde o processo de realocação, como forma de fortalecer as relações e manter a esperança, ao som do Fandango que vem das comunidades vizinhas para dar alegria às celebrações.

Por todas as atividades que fazemos, por toda organização que criamos, lutaremos com toda nossa força pelo direito de permanecer na nossa terra com respeito aos nossos acordos e ao nosso modo de vida para as presentes e futuras gerações da Comunidade Tradicional Caiçara da Enseada da Baleia.

O que queremos?

A consulta deverá ser prévia!

A comunidade deve ser informada e consultada sobre todas as decisões administrativas e legislativas que possam afetar diretamente e indiretamente nosso território, nossos direitos, nossa cultura, nossas atividades tradicionais, nossa organização social e econômica, tomadas pelo Poder Executivo e Legislativo de municípios, Estado-membro ou União. A informação, participação e consulta devem ser prévias e acontecer antes que se tome qualquer decisão, respeitando sempre nosso tempo e ritmo de deliberação e formulação de resposta.

Em outras palavras, o processo de consulta deve servir para influenciar efetivamente a decisão e não para apenas legitimá-la.

A consulta deverá ser livre!

Aqui, na Enseada, costumamos sentar todos/as para conversar até chegarmos a um acordo. Por ser uma pequena comunidade, também dependemos de um trabalho diário que não

pode esperar ou ser deixado de lado. Por isso, precisamos de tempo suficiente para essa tomada de decisão. E se não houver acordo entre os membros da comunidade, a maioria decide em assembleia. Queremos que o governo nos escute e que ouça nossas propostas, pois estamos aqui há muito tempo. Temos o direito de ser informados/as e de solicitar informações sobre ações, programas, iniciativas, projetos, empreendimentos ou atividades de qualquer natureza que possam afetar nossa vida, nossa cultura e nosso território.

Temos consciência dos nossos direitos. Não abriremos mão dos nossos direitos, nem podemos admitir que nossos direitos sejam restringidos ou negados em qualquer esfera.

Queremos que as decisões que tratam sobre nosso presente e nosso futuro não sejam tomadas somente pelo poder público ou interesses privados. Queremos ser consultados/as, informados/as, queremos que nossa participação e deliberação sejam consideradas e integralmente respeitadas nossas necessidades, direitos, cultura e modo de vida. Sabemos que temos direito de ser informados/as e consultados/as, de defender nossa terra e tradições, de lutar por condições dignas de vida e de escolher nossas prioridades. As empresas e o poder público são obrigados/as a respeitar esses direitos. Por isso fizemos este protocolo e esperamos que todos o conheçam e o respeitem como instrumento legítimo de manifestação da vontade da nossa comunidade.

Quando queremos ser consultados/as?

Todas as propostas, projetos, atividades ou empreendimentos que possam afetar direta ou indiretamente a Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia e seu entorno deverão ser objeto de informação e consulta prévia, respeitando o estabelecido neste protocolo, com a presença de lideranças e membros comunitários, incluindo mulheres, jovens e também as pessoas mais

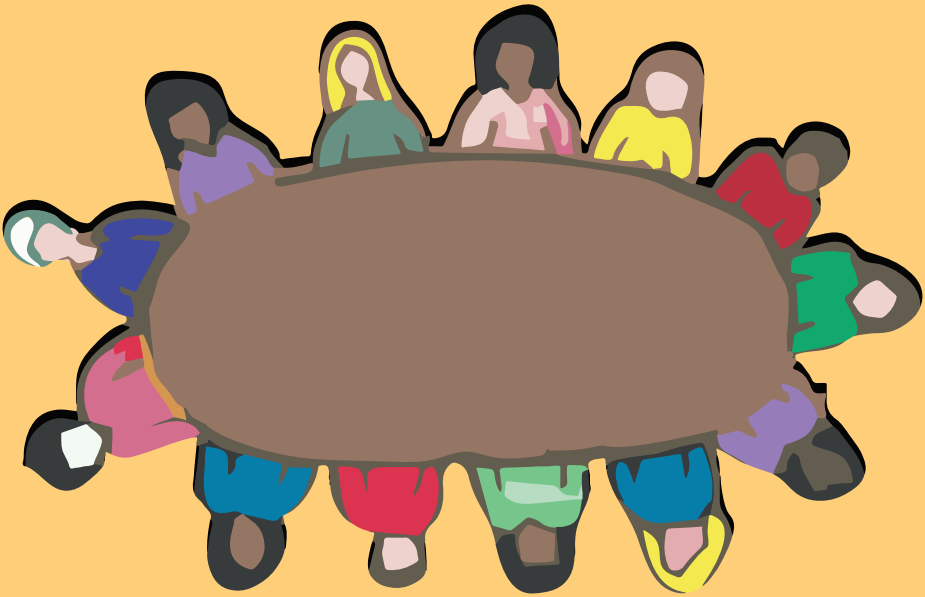
velhas. Poderão participar organizações, técnicos/as e parceiros/as convidados/as pela comunidade, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, representantes das associações de base, mas ninguém, individualmente considerado/a, poderá nos substituir ou manifestar consentimento em nome da Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia.

Dependerá de consentimento e autorização e deveremos ser previamente informados/as e consultados/as sobre qualquer interferência nas áreas de uso da Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia e entorno, ou em wespaços, ainda que não utilizados, mas cuja intervenção possa trazer qualquer prejuízo ou impacto direto ou indireto na vida da comunidade. Também dependerão de consentimento e autorização qualquer intervenção no âmbito da Comunidade Caiçara da Enseada da Baleia:

- Que impacte a cultura, as tradições e as atividades tradicionais caiçaras;
- Que afete a autonomia e a iniciativa comunitária;
- Que possa restringir os usos do território;
- Que gere impacto na natureza e nos ecossistemas presentes no território;
- Que possa resultar em qualquer tipo de ameaça ou risco à vida, à segurança e à integridade do território e das famílias caiçaras da Enseada da Baleia e do entorno.

A consulta deve ocorrer com todos/as juntos/as!

- O poder público e interessados/as não podem consultar as famílias separadamente, nem oferecer, em nenhuma hipótese, qualquer tipo de benefício individual a moradores/as como forma de convencimento e cooptação.
- Sabemos da nossa realidade, temos um ideal e só nos sentimos bem quando estamos juntos/as para conversar com representantes do governo ou de empresas.
- Não queremos e não aceitamos ser pressionados/as em reuniões ou audiências públicas, nem aceitamos sofrer qualquer constrangimento que nos provoque medo ou insegurança e nos tire a liberdade de deliberar e consentir.
- Não aceitamos a presença no processo de consulta de forças policiais, forças armadas, forças de segurança pública ou privada e agências de inteligência, de forma ostensiva ou mesmo disfarçada.



Nós decidimos como seremos consultados/as!

- O processo deve ser conduzido com respeito, observando nossas regras, nossos costumes e nosso tempo.
- Nós trabalhamos e temos nossas próprias atividades individuais e coletivas na comunidade. Por isso, as datas das reuniões e encontros devem ser marcadas por nós, de acordo com nossa disponibilidade.
- Não aceitamos a imposição de cronogramas. Precisamos de tempo para fazer todas as reuniões e encontros necessários até entendermos bem as consequências negativas e positivas, considerando que são decisões que poderão afetar nosso modo de ser, viver e existir, ou seja: nossa vida, nosso território, nossa cultura, nossas atividades.
- Não permitimos que sejam feitos registros de moradias e atividades comunitárias ou que sejam usadas nossas imagens em materiais e documentos do poder público ou de empreendedores privados sem autorização. Só pode haver o registro e a divulgação de nossas imagens após consulta prévia e autorização comunitária.
- As reuniões do processo de consulta sempre deverão ocorrer na nossa comunidade ou em local de nossa livre escolha.
- O processo de consulta deverá ser realizado com transparência, honestidade e boa-fé, para que possamos confiar e participar efetivamente do diálogo e da construção de acordos. Para que possamos entender os impactos e riscos de qualquer ação, exigimos que as informações e explicações a serem dadas usem palavras simples e linguagem acessível e direta, de modo que não reste qualquer dúvida ou questionamento. E, caso ocorram, as dúvidas deverão ser satisfeitas e respondidas com o devido detalhamento, até que tudo seja totalmente compreendido pela Comunidade e pelas partes envolvidas.

- As datas de reuniões e atividades devem ser combinadas entre as partes interessadas. A convocatória deve detalhar a pauta da reunião ou atividade e ser previamente encaminhada com a devida antecedência para todos os/as participantes.
- As reuniões entre nós e o poder público podem ser convocadas por qualquer um, ou seja, por nós ou pelo poder público.
- As reuniões e atividades devem respeitar o planejamento e os horários combinados e durar o tempo suficiente para a plena compreensão da proposta, garantindo-se uma boa discussão e a definição de encaminhamentos ou resultados.
- Órgãos públicos, instituições, parceiros/as e universidades devem participar, a pedido da comunidade, de todo o processo de consulta, mas ninguém poderá tomar decisões por nós. Especialistas independentes e assessores/as jurídicos/as, não vinculados/as a empresas ou órgãos do governo interessados/as na consulta, podem ser convidados/as por nós.
- Devem participar representantes do poder público com autoridade para tomar decisões e com conhecimento técnico para responder às nossas perguntas.
- Empreendedores privados poderão ser convidados, se necessário, para prestar esclarecimentos.
- O poder público e interessados/as devem evitar a mudança de interlocutores/as no meio do processo de consulta, salvo se a alteração for solicitada pela própria comunidade.
- A ata da reunião ou relatório de atividades devem ser elaborados e disponibilizados ao final de cada encontro para análise e aprovação de todos os/as participantes.
- Todas as reuniões deverão ser gravadas em áudio ou filmadas e as cópias deverão ser disponibilizadas integralmente e sem cortes. Qualquer membro da comunidade poderá solicitar cópias dos registros.

Todos os custos decorrentes do processo de consulta, incluindo atividades comunitárias internas relacionadas à consulta, deverão ser pagos pelo órgão público ou privado interessado na consulta.

Nós faremos o Plano de Consulta!

Será criado um Plano de Consulta, um documento proposto por nós que conterá o detalhamento de atividades, tempo e recursos necessários para discutir as informações indispensáveis ao processo de consulta. Para a elaboração do Plano de Consulta poderemos contar com assessoria técnica e jurídica. Uma vez aprovada a proposta de plano de consulta em reunião interna, será encaminhada para o poder público e eventuais interessados/as na consulta, bem como para ciência e eventual manifestação da Defensoria Pública e do Ministério Público Federal. O Plano de Consulta a ser executado deve ser acordado entre nós e o poder público responsável pela consulta em reunião deliberativa aberta ao público.

Reunião para fazer acordo sobre o plano de consulta: O poder público responsável e eventuais interessados/as devem se reunir com a Associação de Moradores/as da Enseada da Baleia (AMEB) para chegarmos a um acordo sobre o Plano de Consulta. Não pode haver consulta a famílias da comunidade separadamente nem consultas individuais. O Plano de Consulta deve respeitar este protocolo, que diz como nos organizamos e tomamos nossas decisões.

Reunião informativa: O poder público responsável e eventuais interessados/as devem se reunir com a Associação e membros da comunidade para informar suas pretensões e tirar nossas dúvidas. Além de nós, devem participar dessa reunião instituições e entidades indicadas pela comunidade.

Reuniões internas: Depois da construção do Procolo de Consulta e da reunião informativa, precisaremos de tempo para discutir, entre nós, as pretensões e propostas do poder público e eventuais interessados/as. Precisaremos de tempo para explicar a proposta a quem não conseguiu participar das reuniões informativas. Também queremos nos reunir com comunidades da Ilha do Cardoso e entorno, para discutirmos. Podemos convidar nossos/as parceiros/as para as reuniões internas, sem a presença do poder público e eventuais interessados/as. Se surgirem mais dúvidas ou novas informações forem acrescentadas, o poder público e interessados/as deverão fazer outras reuniões informativas, com a nossa participação e de nossos/as convidados/as. Depois disso, poderemos fazer outras reuniões internas com nossos/as parceiros/as, sem o poder público e interessados/as, para tirar outras dúvidas e discutir. Serão feitas quantas reuniões forem necessárias para nos informar completamente.

Reunião de negociação: Quando nós tivermos informações suficientes, tivermos discutido com todas as comunidades e tivermos uma resposta para dar ao poder público e eventuais proponentes interessados/as, deve ser realizada reunião em nosso território, na qual participarão também os/as nossos/as convidados/as e parceiros/as. O poder público e eventuais interessados/as devem ouvir a nossa opinião e apresentar resposta sobre a nossa manifestação a respeito da proposta. Não aceitaremos que o poder público e eventuais interessados manipulem e distorçam nossos direitos, já constantemente desrespeitados, usando o processo de consulta, que é um instrumento de proteção da comunidade, para nos pressionar, constranger ou chantagear. Processo de decisão comunitária: Informaremos o poder público, a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal sobre nossa decisão, que deverá ser respeitada por todos/as os/as envolvidos/as no processo de deliberação e tomada de decisão. Se chegarmos a um consenso, a consulta será concluída e o resultado registrado formalmente em documento próprio, tornando-se vinculante entre as partes para garantir que o acordo seja respeitado.

Seguimos a nossa luta, contra o capitalismo, a estrutura concentradora de poder e por isso lutaremos para que se mantenha a nossa terra, nosso modo de vida, nossos acordos, para a futura geração, nesse lugar.

Aves e Ervas
(Luis Perequê)

Madrugada se levanta, canta galo, tudo canta...

Beira de mar, Mata Atlântica!

Suave canção de aves, cheiro de erva pisada,

Trilha, trabalho, renda de orvalho,

Tramam tratores, novas estradas.

É a mentira do progresso mudando o rumo dos versos

Casa de aves e ervas, virando areia e deserto

Matas mortas, morros calvos e os corvos cuidam do resto

O povo vence o grileiro, mas não vence os projetos

Da mentira dos políticos mascarados, desonestos.

No canto bravo do Sono, vou deixando um manifesto

Adeus, adeus curupira, caipora e insetos

Os guardiões naturais não têm armas pro concreto

Mata Atlântica te levanta, deixo meu peito aberto

Pra te guardar na lembrança, pra te contar pros meus netos

No registrar dos meus olhos vou te cantar nos meus versos

Se pudesse eu te dava as asas do pensamento
Quem sabe te guardaria do jeito que eu te penso
Criando os teus nativos, crescendo no teu silêncio
Bem longe desses projetos de pseudo crescimento
Que prometem melhoria e trazem arrependimento
Porque vem os condomínios com o fascínio do dinheiro
E o pescador troca a rede pela colher de pedreiro
Depois só volta na praia, de gari ou faxineiro
A estrada do político não foi feita pro roceiro
Só serve pra o levar no dia de ir limpar o lixo dos forasteiros
E a cultura é esmagada, como se deu tantas vezes
Trocamos trovas da roça por batuques e farofas
Ou silêncio pros burgueses
E assim começa outra história porque é o fim da estrada
Não tem matas, não tem aves, não tem ervas, não tem nada
Tem uma cerca, um portão, um caiçara de farda
E uma placa, atenção: **É PROIBIDO A ENTRADA.**

Realização

Enseada da Baleia – Nova Enseada

Comunidade Tradicional Caiçara
Ilha do Cardoso – Cananéia – São Paulo
Brasil

Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia - MAE

Apoio

OBSERVATÓRIO
PROTOCOLOS DE CONSULTA E CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito

10 ANOS · AÑOS · YEARS
resama
Red Sudamericana para las Migraciones Ambientales
Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais
South American Network for Environmental Migrations